

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO
SOCIOLINGUÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU

Mário Santos
Instituto Nacional de Es-
tudos e Pesquisa - INEP
Guiné-Bissau

Introdução

A presença aqui de vários especialistas de diversos países, para versarem em matérias de muita importância vinculadas com a linguística, reflete a boa consideração que a Associação Portuguesa de Linguística atribui ao tema proporcionando um Encontro desta índole.

O facto resulta mais louvável, tendo em conta que a linguística é um campo fértil de concepções que defendem critérios que às vezes originam posições divergentes, na abordagem de alguns aspectos desta ciência.

A realização deste Encontro possibilitará aos delegados debruçarem-se de forma reflexiva sobre as questões mais pertinentes da linguística. Onde as especificidades dos países aqui representados poderão contribuir para enriquecer um interessante debate e proporcionar um frutífero intercâmbio de experiências entre os participantes.

O trabalho que vamos apresentar pretende contribuir para uma melhor abordagem e precisão dos assuntos que frisaremos, pelo que resolvemos dividi-lo em quatro partes essenciais que, em termos de sínteses, ilustraremos desta forma:

- 1- A relação entre o pensamento e a linguagem
- 2- Particularidades linguísticas das crianças da Guiné-Bissau
- 3- A problemática da sociolinguística
- 4- A situação sociolinguística da Guiné-Bissau

Visamos, assim, determo-nos tanto quanto possível nos elementos fundamentais de cada temática.

1- Pensamento, linguagem; pensamento=linguagem; ou pensamento-linguagem?

1.1. - A criação de uma nova disciplina científica, a psicolinguística, antes denominada "psicologia da linguagem", reafirma a necessidade de informar-se adequadamente dos vínculos que possam existir ou não entre o pensamento e a linguagem.

Antes de abordarmos esta questão, achamos importante referir, em particular, algumas das peculiaridades mais relevantes que caracterizam tanto o pensamento como a linguagem.

O pensamento, em poucas palavras, não é mais que um conhecimento mediato e generalizado da realidade objectiva. O que implica o descobrimento das relações e conexões entre os objectos dessa realidade, como também as qualidades e o carácter dos fenómenos. Para que se consiga estes objectivos é imprescindível que o pensamento determine uma tarefa ou problema. "Uma finalidade para actividade mental do indivíduo" (1). Inseridas nas condições de questionamento de um problema. Isto quer dizer que deve-se considerar qualquer acto mental como o surgimento de uma motivação que reflecte a necessidade de algo, que pode ser uma questão, um assombro, uma confusão, uma contradição etc. Esta situação problemática condiciona o início do processo mental, orientado pela solução de um qualquer problema.

O pensamento não se pode isolar do seu vínculo íntimo com a prática social. Surge das necessidades e interesses dos indivíduos; os aspectos emocionais que expressam vivências subjectivas e as posições do homem em relação ao seu ambiente. Esta tese permite-nos chegar à conclusão de que não existe o pensamento "puro", senão o próprio homem em si. Manifestando-se deste modo a influência, em menor ou maior escala (no que concerne a personalidade), dos factores sentimentais no acto mental.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO
SOCIOLINGUÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU

Mário Santos
Instituto Nacional de Es-
tudos e Pesquisa - INEP
Guiné-Bissau

Introdução

A presença aqui de vários especialistas de diversos países, para versa-rem em matérias de muita importância vinculadas com a linguística, reflete a boa consideração que a Associação Portuguesa de Linguística atribui ao tema proporcionando um Encontro desta índole.

O facto resulta mais louvável, tendo em conta que a linguística é um campo fértil de concepções que defendem critérios que às vezes originam posições divergentes, na abordagem de alguns aspectos desta ciência.

A realização deste Encontro possibilitará aos delegados debruçarem-se de forma reflexiva sobre as questões mais pertinentes da linguística. Onde as especificidades dos países aqui representados poderão contribuir para enriquecer um interessante debate e proporcionar um frutífero intercâmbio de experiências entre os participantes.

O trabalho que vamos apresentar pretende contribuir para uma melhor abordagem e precisão dos assuntos que frisaremos, pelo que resolvemos dividi-lo em quatro partes essenciais que, em termos de sínteses, ilustraremos desta forma:

- 1- A relação entre o pensamento e a linguagem
- 2- Particularidades linguísticas das crianças da Guiné-Bissau
- 3- A problemática da sociolinguística
- 4- A situação sociolinguística da Guiné-Bissau

Visamos, assim, determo-nos tanto quanto possível nos elementos fundamentais de cada temática.

1- Pensamento, linguagem; pensamento=linguagem; ou pensamento-linguagem?

1.1. - A criação de uma nova disciplina científica, a psicolinguística, antes denominada "psicologia da linguagem", reafirma a necessidade de informar-se adequadamente dos vínculos que possam existir ou não entre o pensamento e a linguagem.

Antes de abordarmos esta questão, achamos importante referir, em particular, algumas das peculiaridades mais relevantes que caracterizam tanto o pensamento como a linguagem.

O pensamento, em poucas palavras, não é mais que um conhecimento mediato e generalizado da realidade objectiva. O que implica o descobrimento das relações e conexões entre os objectos dessa realidade, como também as qualidades e o carácter dos fenómenos. Para que se consiga estes objectivos é imprescindível que o pensamento determine uma tarefa ou problema. "Uma finalidade para actividade mental do indivíduo" (1). Inseridas nas condições de questionamento de um problema. Isto quer dizer que deve-se considerar qualquer acto mental como o surgimento de uma motivação que reflecte a necessidade de algo, que pode ser uma questão, um assombro, uma confusão, uma contradição etc. Esta situação problemática condiciona o início do processo mental, orientado pela solução de um qualquer problema.

O pensamento não se pode isolar do seu vínculo íntimo com a prática social. Surge das necessidades e interesses dos indivíduos; os aspectos emocionais que expressam vivências subjectivas e as posições do homem em relação ao seu ambiente. Esta tese permite-nos chegar à conclusão de que não existe o pensamento "puro", senão o próprio homem em si. Manifestando-se deste modo a influência, em menor ou maior escala (no que concerne a personalidade), dos factores sentimentais no acto mental.

É conveniente mencionar que se é certo que o sentimento em certas ocasiões pode afastar o pensamento da via mais acertada, seria contestável atribuir-lhe só esta função negativa, visto mesmo como um factor desorganizador. Quando se consegue submeter o emocional ao controlo do intellecto, perseguindo uma unidade consciente do intellectual e do afectivo, a participação do sentimento concede ao pensamento uma maior intensidade, agudeza e força.

Deste modo, este pensamento, reforçado pelo sentimento, penetra mais profundamente no objecto que o pensamento "objectivo", que é indifferente. Enquanto o pensamento se dirige em forma de operações orientadas para a solução de determinadas tarefas ou problemas, o processo mental deve ser um acto de vontade activa, com vista a uma finalidade. Essa necessidade de força de vontade, que deve ser constatada na solução do problema, ajuda a superar ou a vencer as dificuldades que se vão acumulando antes ou no decurso do pensamento. Não queremos deixar de destacar que o pensamento, muito embora sendo um fenómeno íntegro, com os elementos da estrutura unidos dialecticamente, na sua efectivação passa por uma série de fases ou estádios, desde o questionamento do problema até à solução do mesmo, já com a inclusão do momento operativo, estratégia, tática, etc. (que aqui não vamos desenvolver por razões óbvias) e que fornecem, com outros componentes, uma ideia global das principais características do pensamento.

Passamos agora a falar da linguagem, um fenómeno de reconhecida amplitude e complexidade e onde sempre existiram confrontações com pontos de vista adversos, cada qual tentando encontrar a melhor saída a um ou outro questionamento.

Há quem veja a linguagem num sentido restrito: expressão fonética ou linguagem fonética. Mas sem querer diminuir a importância desta característica da linguagem a interpretação primordial, na actualidade, é no entanto, muito mais complexa.

Por exemplo, se considerarmos a mímica ou a gesticulação como um dos tipos de linguagem, em segundo plano neste momento, então apoiaríamos o critério de um autor que afirmou que no sentido histórico-evolutivo da linguagem não surgiu primeiro a linguagem fonética, mas sim precisamente, a linguagem que denominou "linguagem linear cinética" (2) baseada em movimentos manuais. O gesto da mão que esquematicamente representa a operação do trabalho converteu-se no seu signo. A relação entre o signo e o significado era intuitiva. Acessível de forma directa à consciência primitiva. Tal linguagem, que de início estava in

serida no processo laboral, encontra-se ligada à sua organização.

Só com o aparecimento deste tipo de linguagem e o seu desenvolvimento foi possível que surgisse a linguagem fonética com a sua relação ou vinculação abstracta própria entre a palavra e o objecto designado.

Como processo a linguagem teve que percorrer um considerável caminho de desenvolvimento. Para alcançá-lo contou com o desenvolvimento de muitos elementos da sua estrutura, entre as quais é de destacar o desenvolvimento fonético, morfológico e semântico. No desenvolvimento fonético a tendência foi iniciar com palavras curtas e relações fonéticas mais simples ou fáceis.

"A linguagem primitiva, temos de imaginá-la constituída na sua maior parte de palavras muito compridas, que contêm excessivos sons de difícil expressão. Esta linguagem mais bem foi contada que falada" (3).

Portanto, na linguagem foram-se cristalizando-se contínuas e determinadas unidades fonéticas, que se convertem em portadoras de determinadas relações funcionais dentro de um sistema linguístico racional. Estas relações são os fonemas, nos quais a diferença de sons não é determinada por uma soma mecânica de características físicas. Os seus componentes físicos convertem-se em portadores de um determinado significado.

Quanto ao desenvolvimento morfológico, resumidamente, podemos afirmar que não se processou como em princípio se supunha, ou seja, a partir de elementos isolados e mediante aglutinação. A linha fundamental deste desenvolvimento partiu das formas desarticuladas às articuladas, relativamente claras, que designam os conceitos.

Por sua vez, o desenvolvimento semântico, devido a progressiva abstracção e generalização da linguagem, desempenha uma função significativa na transição de velhas denominações e no desenvolvimento de novos fonemas de acordo com uma propriedade funcional.

A linha fundamental de desenvolvimento semântico é a progressiva abstracção e generalização da linguagem. Daí que nos primitivos níveis de desenvolvimento a linguagem empregue de preferência palavras isoladas, intuitivas e de muitas significações, as quais mudam o seu significado segundo as situações. Ou sejam, palavras onde a função indicativa é muito afim aos gestos indicativos, pelo que possuem um conteúdo indeterminado, pobre e nada generalizado.

Este fenómeno verifica-se entre os povos que se encontram num nível baixo de desenvolvimento social e cultural, onde se detecta a inexistência de palavras para a designação de conceitos gerais.

Queremos salientar que a linguagem possui várias funções tais como: comunicativa, emocional, significativa, etc. com características peculiares que conformam a sua estrutura.

Entretanto pensamos que nestas circunstâncias não é aconselhável procedermos a uma qualquer análise pormenorizada de cada aspecto.

1.2. - Se em primeiro lugar falamos do pensamento e posteriormente da linguagem, tal não se deve a uma concepção separada de cada um dos processos. Procedemos desta forma mais bem a título metodológico, na busca de um mecanismo mais viável, com vista à apresentação das principais questões que integram cada processo.

Este objectivo poderia sugerir as seguintes interrogantes:

Será lógico admitir que o pensamento e a linguagem são dois fenómenos semelhantes?; que relação existe entre ambos?; a qual deles se deve conceder a primazia?

Estas questões levam-nos ao domínio da psicolinguística. Para se poder responder à primeira, partimos do facto de que a semelhança ou igualdade entre o pensamento e a linguagem é defendida por alguns autores da escola conductista.

Para os conductistas, o pensamento não passa da "actividade do aparelho verbal" (4). Por exemplo, Lashley tentou demonstrar, mediante uns aparelhos especiais, os movimentos de laringe que executavam reacções verbais ou orais. Estas reacções produziam-se na prática segundo o "ensaio e o erro". Por isso não podem ser considerados como operações intelectuais.

Essa tentativa de Lashley conduz à redução do pensamento à linguagem. Sendo assim, verifica-se que não elimina só o pensamento, mas também a própria linguagem, que é tida por uma simples reacção. Então deixariam de ter valor as significações dos factores fonético e semântico que antes referimos. O que quer dizer que definida como tal possui uma significação consciente. Com estas ideias não é difícil chegar à conclusão de que o pensamento não deve ser

reduzido à linguagem. E vice-versa. Nem tão pouco estes dois fenómenos devem ser avaliados como idênticos.

1.3. - A confirmação desta interpretação permite provar explicitamente que a linguagem existe tendo como suporte algo de especial que é o pensamento. Com efeito, o conteúdo das ideias do pensamento regula a sua expressão verbal. Daí que a linguagem não seja simplesmente um complexo de reacções que se produzem pelo método do "ensalo e do erro" ou pelos reflexos condicionados, mas antes constituída por um conjunto de operações intelectuais. Evidenciando assim que todo o processo de linguagem vem determinado e regulado por relações lógicas entre as significações das palavras. Para constatá-lo devemos ter em conta, em princípio, os vínculos existentes entre o pensamento e a linguagem. Por outro lado, a linguagem não só serve para expressar o pensamento na sua forma externa, como também para proporcionar a sua formulação, o que justifica a sua implicação num processo como a forma vinculada a um conteúdo.

Nos casos em que o pensamento não se produz em forma de linguagem, no sentido específico da palavra, senão em forma de imagens, estas desempenham no pensamento essencialmente as funções de linguagem, desde que o seu conteúdo actue nele como portador de sentido.

Para além da relação forma e conteúdo, a linguagem e o pensamento estão vinculados também entre si por meio de complicadas e contraditórias relações recíprocas. A linguagem possui uma estrutura que não coincide com a do pensamento. Estas são diferenciadas.

Ao afirmarmos que o pensamento não deve ser reduzido à linguagem, não só nos referíamos à linguagem externa, mas também à interna. Dado que a identificação do pensamento com a linguagem interna às vezes é defendida partindo do facto de que a linguagem interna necessita da diferença do material fonético produzido. A falta deste componente neste tipo de linguagem é tida como um simples conteúdo ideológico.

Atendendo aos critérios expressos referentes às principais questões do relacionamento entre o pensamento e a linguagem, poderíamos dizer que se trata de uma mera concepção, visto que o fundamento da linguagem não pode reduzir-se a uma simples existência do material fonético, (aliás como deixamos bem explícito numa das nossas referências).

Para uma lúcida compreensão, decidimos resumir esta abordagem em três considerações:

a) A linguagem e o pensamento não são idênticos nem separados entre si, antes constituem uma unidade. Esta unidade é dialéctica e implica diferenças que podem agudizar-se e até contradizerem-se.

b) Na unidade do pensamento e da linguagem, o pensamento é o rector principal, e não a linguagem, como defendem algumas concepções formais, as quais convertem a palavra no símbolo de uma "causa criadora" do pensamento.

c) A linguagem e o pensamento surgem no homem na sua unidade através do trabalho social.

Particularidades linguísticas inerentes às crianças da Guiné-Bissau: dificuldades e perspectivas.

A aquisição da língua materna pela criança reveste-se de uma grande importância para o seu adequado desenvolvimento cognitivo, afectivo e social. O que implica um desenvolvimento integral da sua personalidade.

Através dela a criança começa a integrar-se na vida social do adulto, comunicando com este; e aproveitando oportunidades para exprimir determinadas preocupações a fim de satisfazer as suas necessidades.

Na Guiné-Bissau, apesar de ser um país multilingue, a criança em regra geral aprende primeiro a sua língua materna através da sua relação diária com os pais, familiares e com outras pessoas do seu meio ambiente social. Nessa aprendizagem denota-se uma sensível evolução nos primeiros anos de vida, e desenvolvimento mais avançados nos anos seguintes, altura em que consegue assimilar e utilizar vários conceitos do vocabulário usual dos sujeitos com os quais mantém relações. Esta dinâmica linguística corresponde à etapa preliminar da fase escolar.

Nesta fase a criança Guineense com seis, sete ou mais anos de idade depara-se com um dilema: ter de aprender novos conhecimentos, utilizando como mecanismo de apropriação uma língua estrangeira que não conhece. É certo que seria mais favorável um processo de ensino-aprendizagem numa língua que bem domina, que lhe facilitasse uma melhor comunicação e assimilação de conhecimentos administrados.

Não sendo esta a situação, no que concerne à assimilação de conhecimentos ensinados pelo professor (que nem sempre possui um domínio aceitável da língua de ensino, neste caso específico o português) dificulta e bloqueia a aprendizagem, apesar de tal facto poder passar inadvertidamente entre diferentes analistas.

Este factor adverso agudiza-se mais com o surgimento e manifestações de alguns fenómenos de carácter psicológico e sociopsicológico desfavoráveis para a criança nesta etapa de escolarização, como sejam: o esforço dispendido na aprendizagem, em que certos processos psíquicos com a percepção, pensamento, memória, etc., são sujeitos (por mais contraditório que tal possa parecer) a uma menor eficiência; as consequências do fenómeno das interferências; os sentimentos de insegurança ao expressar-se; a sensação de parecer ridículo perante os colegas quando se expressa de forma errônea, etc.

Tudo isso conduz e origina a timidez, e contribui na eliminação de possíveis iniciativas espontâneas e da criatividade da própria criança.

Esta situação faz com que a transmissão da língua oficial de ensino, veiculada na escola, e por conseguinte os conhecimentos que se transmitem com ela sejam deficientes.

Se partirmos do princípio de que as matérias de ensino são administradas com os mesmos parâmetros linguísticos da língua estrangeira em questão, ou seja, como se fosse a materna do aluno, tal constituirá, certamente, obstáculo que dificulta a adaptação e a integração plena da criança na escola. Já que não lhe é possível utilizar um instrumento de comunicação quotidiana na actividade mais importante da sua idade.

A este estado de reflexão impõe-se uma apresentação sucinta do sistema Nacional do Ensino. É constituído por três fases principais: pré-escolar, básico e secundário. O ensino pré-escolar, embora desejado, é quase inexistente. Contudo possui enorme importância para a familiarização da criança pré-escolar com a língua que lhe será imprescindível na aquisição de conhecimentos na escola, na óptica de uma rentabilidade no processo de ensino-aprendizagem. Para além de proporcionar um ambiente social idóneo para superação de determinadas particularidades das crianças desse nível, causadas as vezes pela proveniência de um meio socio-cultural diferente.

A generalização deste nível de ensino às várias camadas da população infantil, de acordo com as possibilidades e a sua aplicação coerente, seria uma

Iniciativa que contribuiria imenso para a adaptação do aluno pré-escolar ao novo ambiente. Bem como também na apropriação de elementos factíveis para a assimilação progressiva das peculiaridades linguísticas da língua estrangeira veiculada. Concretizando, seria a forma ideal de obtenção de conhecimento e não deixaria de provocar um maior sucesso na fase escolar, permitindo assim evitar o impacto negativo que o aluno recebe nessa fase, quando as circunstâncias são adversas e não se adoptam medidas eficazes para as contrariar.

Como, por exemplo, no concernente à atenuação e eliminação da brusquidão afectiva e social que em certos casos constitui para a criança a transição do ambiente familiar para o ambiente escolar.

O ensino básico elementar, denominado 1º ciclo, com 4 anos de escolaridade, ("com realce para a 1ª classe") (5) constitui o nível de ensino mais importante em número de alunos com 10,1% da população total do país. Quanto ao ensino básico complementar, com o 2º ciclo, de 2 anos de escolaridade, 5ª e 6ª classe, representa 1,6% da população do país, sendo assim de 11,7% o número de alunos integrantes deste nível. Ora, comparados aos 12,5% da população da Guiné-Bissau que representam a frequência absoluta do ensino oficial, pode-se avaliar o elevado peso que possui o ensino básico elementar.

Apesar disso, as perspectivas de passagem de uma classe a outra, sobretudo nas iniciais e em particular na 1ª classe, são limitadas. "Há o efeito originado pelo número de repetentes que se supõe ser importante para a 1ª classe" (6).

Estes indicadores são dados concretos que reclamam uma atenção especial para o 1º ciclo, que possui a maior população escolar, porquanto a falta de experiência prévia com a língua utilizada na transmissão de conhecimentos e as dificuldades que os alunos enfrentam na sua assimilação são um dos factores que provocam o fracasso escolar.

Ainda no âmbito do ensino básico, achamos pertinente abordar uma peculiaridade do nosso ensino que é o ensino corânico. Significativo no nosso país. É administrado em quase todo o território nacional com percentagens mais elevadas em Bafatá e em Gabú, (4,6% e 4,1% respectivamente) regiões onde as etnias predominantes são muçulmanas. Essa forma de ensino compensa as baixas frequências do ensino oficial nestas regiões.

Para dar uma ideia da sua importância, basta dizer que a média nacional é de 2,2%. Índice que supera o ensino básico complementar e os posteriores níveis de ensino em conjunto.

O ensino secundário abarca dois níveis: Geral Polivalente (7ª e 9ª classe) e o Médio Polivalente (10ª e 11ª classe).

Estes níveis de ensino no contexto de todo o país têm, proporcionalmente, frequências variáveis em cada região.

Os maiores índices situam-se no Sector Autónomo de Bissau e na região de Bolama. Os cursos técnicos são muito poucos. Com uma maior concentração na capital.

Ao explicitarmos os principais componentes do nosso ensino, perseguimos a finalidade de fornecer uma visão geral da sua estrutura e a sua repercussão no processo de ensino-aprendizagem.

A sua aparente simplicidade é aparente, pois não são postos em acção, em cada nível, mecanismos viáveis que ajudem a ultrapassar com êxito as exigências de cada etapa. As incongruências e dificuldades iniciais atingem de uma forma ou outra os demais níveis, numa espécie de reacção em cadeia.

O facto da Guiné-Bissau ser um país multilíngue torna transparente a necessidade cada vez maior de traçar uma política linguística nacional.

Estamos justamente anunciando mais atrás as características bilíngues ou trilingues da maior parte das crianças envolvidas pelo sistema escolar guineense. Esse bilinguismo ou trilinguismo, que o escolar guineense enfrenta no seu vínculo casa-sociedade-escola, é um fenómeno que naturalmente existe e que aliado, às vezes, a uma pedagogia deficiente, origina resultados cada vez mais desalentadores, não só em termos quantitativos como qualitativos no que concerne aos conhecimentos adquiridos. Exercendo igualmente influências desfavoráveis nos demais níveis de ensino.

Quer queiramos reconhecer este facto linguístico (que enfrenta a maior parte das crianças da Guiné-Bissau), quer não (por razões várias), na realidade não se pode negar que ele existe e que acarreta uma nova complexidade para o sistema de ensino.

Que esperar de uma criança Felupe ou Nalú que, não conhecendo o crioulo, tenha de enfrentar pela primeira vez na sua escola de campo o português, cujos mecanismos morfológicos, sintácticos e semânticos ela desconhece?

Pedagogicamente, ter-se-ia que proceder a todo um trabalho de reconversão na mente dessa criança para conseguir os resultados desejados.

Mesmo sem ser apologeta da veiculação da língua materna em todas as etapas do ensino, somos obrigados a subestimar as vantagens do português neste contexto. Dever-se-ia ter em conta algumas vantagens que proporciona a língua materna, ou uma veicular, concretamente o crioulo, nos primeiros anos escolares, e protelar o português para anos posteriores em outros níveis de ensino. Aproveitando as línguas como complementos, em circunstâncias propícias a sua utilização como código factível. Há critérios favoráveis ou susceptíveis de reconhecer como viável a concretização da primeira perspectiva. Por outro lado, não faltam opiniões conservadoras que concebem as línguas vernaculares numa posição muito inferior com relação ao português, e sem nenhuma possibilidade de contribuir com resultados eficientes no ensino dos primeiros cursos escolares.

Ainda a propósito disso, pode-se tomar como referências alguns países africanos (e de outros continentes) multilingues, como exemplos evidentes de que os obstáculos que se põem e o exceptismo que envolve a questão, são superáveis desde que se criem as premissas necessárias para o desenvolvimento das línguas vernaculares.

As condições actuais não se podem considerar a curto prazo como sendo estimulantes. Para tal perspectiva, tudo dependerá da percepção e futuras diligências oficiais na busca de mecanismos e ideias capazes de solucionar, em benefício da criança que se encontra em idade escolar.

A Problemática da Sociolinguística

O objectivo da sociolinguística insere-se na esfera do múltiplo e complexo influxo da sociedade sobre a língua. O seu estudo deve abarcar aqueles aspectos da língua que estão mais directa e imediatamente determinados por factores sociais.

As peculiaridades do fenómeno e a influência desses factores pode contribuir para a diferenciação das línguas no seio de uma dada comunidade.

Essa diferenciação implica, de certa forma, uma visão inadequada do valor específico ou global das línguas nacionais veiculadas. Tal é o caso dos

fenómenos normalmente denominados "dialectos", "gírias", etc. Expressões que no fundo encerram enormes conotações pejorativas, colocando-os numa posição muito aquém das línguas. Daí que o seu estatuto seja mais bem político que linguístico.

Este facto torna-se mais complexo quando o número de línguas nacionais é relativamente grande e sem uma digna atenção das autoridades competentes, com vista à promoção harmoniosa de todas elas, ou a preservação da sua estabilidade.

Quando tal não sucede, o valor social entre a língua oficial e as nacionais tende a distanciar-se cada vez mais.

Por esta e outras razões, o objectivo e métodos da sociolinguística são susceptíveis de se tornarem num exercício problemático visto em distintos sentidos que incluem inúmeros critérios de apreciação, baseando-se nas concepções ideológicas e políticas vigentes em cada realidade concreta.

Por este motivo não é de estranhar que, quando se questiona a possibilidade de introdução, na primeira etapa escolar, de uma ou mais línguas nacionais, se recorra a argumentos pouco convincentes para contrapor essa viabilidade, fundamentando-se na inexistência de suficientes elementos linguísticos (tais como a gramática, etc.) e num possível retrocesso no desenvolvimento cultural da criança. Factores que não contribuiriam para o sucesso desta iniciativa.

Com isso, reflecte-se uma nítida evidência da orientação de valores que caracteriza de modo geral a sociolinguística.

Considerações sobre a Situação Sociolinguística da Guiné-Bissau

No concernente à situação sociolinguística da Guiné-Bissau, é bom referir que no caso das línguas nacionais, e com excepção do crioulo, vislumbra-se que na prática não há indícios que testemunhem a primazia de uma delas em relação às outras. Os respectivos locutores de uma dada língua não sentem a necessidade de pôr em causa ou subestimar as outras línguas, não obstante haver línguas mais faladas em conformidade com o peso demográfico dos seus locutores.

Exemplificando, podemos citar as línguas balanta e fula com 24,5% e 20,3% da população global do país, segundo os dados do recenseamento de

1979. Quanto ao crioulo, língua nacional, é mais falada com 44,3% de locutores. De maneira que praticamente podemos considerar que todas as etnias da Guiné-Bissau a utilizam (de forma relativa ou absoluta) como meio de comunicação e de relações sociais entre os seus representantes. É indiscutível a importância deste idioma a nível nacional.

As regiões com maior percentagem de locutores do crioulo são o Sector Autónomo de Bissau com 86%; a região de Bolama com 79% e a região da Quinara com 57%.

Somos de opinião de que a enorme predominância do crioulo no Sector Autónomo de Bissau é devida a concentração urbana, proveniente do mosaico étnico e de diversas camadas sociais que por necessidade de comunicação e convivência social entre si são obrigadas a utilizarem um meio de comunicação comum. Neste âmbito, é importante o papel desempenhado pelo crioulo com o seu ralo de acção particular e sobretudo de dinamizador linguístico de uma aglutinação.

No que se refere a Bolama, como é sabido, foi a primeira capital do país, num passado não muito remoto, sujeita a ter uma população muito heterogénea nesse tempo, originada por reiteradas migrações provenientes de outros pontos do país.

E daí provêm as especificidades que antes referimos e que mantiveram uma tradição crioula ao longo dos anos.

A crioulição de Quinara é bem mais difícil de descortinar. Quase uma incógnita. Supomos, no entanto, que a relativa cercania às regiões anteriores e a riqueza do seu solo para a agricultura, tenham motivado uma corrente migratória para essa região de alguns grupos étnicos num período histórico recente, condicionando um ambiente favorável à expansão do crioulo. Outro factor importante terá sido o papel da guerrilha e das regiões libertadas como elemento novo da expansão do crioulo.

Verificamos um detalhe curioso: as três outras zonas linguísticas de maior relevância no país, agrupando os locutores balanta, fula e mandinga, compreendem aproximadamente ao Oio, Gabú e Bafatá, e que baseando-nos nos dados do recenseamento, "parecem constituir um obstáculo à difusão do crioulo" (7). Ora é nestas regiões que o crioulo possui as percentagens mais baixas de locutores, respectivamente 32%, 31% e 18%. A pouca influência de crioulo nestas regiões justifica-se: no Oio pela elevada percentagem de locutores mo-

nolíngues de idioma balanta; em Gabú e Bafatá talvez pelo peso do islamismo; o carácter estanque das respectivas línguas maternas destas regiões teria contribuído a uma estabilidade linguística monolíngue com a vantagem de influência dos países vizinhos, onde tanto o fula como o mandinga são línguas nacionais.

Estas limitações à propagação do crioulo e ao desenvolvimento de outras línguas no contexto nacional, não são significativas. No entanto não é menos certo que o crioulo, apesar da sua popularidade, é sobretudo a segunda língua.

Realidade que é, sem margens para dúvida, ambígua. Contudo, analisando-a nos marcos do passado, compreende-se a sua razão de ser: a presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau impôs sempre a utilização do português na escola, como única língua. Provendo o seu estatuto social muito por encima das línguas nacionais. Como um meio de alinear uma certa camada da população, levando-a a desvalorizar o crioulo e as demais línguas maternas. E aderir ao português e aos valores culturais que veicula. Que no fundo não são mais que valores coloniais.

A ambiguidade existente entre a popularidade do crioulo e a posição do português, tido como língua oficial, tende a prevalecer por uma margem de tempo ainda indefinido.

A atracção que uma percentagem da população sente pelo crioulo, está sujeita a uma destabilização periódica ou contínua, produto da tendência de associar o crioulo-falante a um estatuto social desprestigiante na sociedade guineense.

A oficialização do crioulo, e a sua adopção como língua de ensino nos primeiros anos escolares, seria um mecanismo apropriado para a sua contínua legitimação pela população. No entanto, as tendências actuais procuram a manutenção do português como língua oficial. Como língua de ensino neste caso.

Ora, muito embora seja meio de comunicação corrente em actividades de carácter oficial académico e administrativo etc., de maneira consciente ou não é também sobrestimada em relação às línguas nacionais para outro tipo de necessidades.

As vezes o seu correcto domínio e uma expressão fluída subentende a possessão de vastos conhecimentos culturais e académicos. Para além disso reflecte, em certa medida, a integração ou a inspiração de indivíduos a um determinado estatuto social e a reafirmação de uma elite. Assim língua e classe social estão definitivamente interligadas devido à expressão cultural do fenómeno linguístico num país recentemente independente.

Um exemplo típico desta realidade é a cidade de Bissau, que pelas características socio-culturais e socio-linguísticas, constitui um lugar privilegiado para a manifestação destes fenómenos. Podemos pois concluir que o português mantém ainda uma posição de realce no seio das línguas faladas no país. Facto que contraria as versões que ultimamente alguns meios de comunicação social portugueses têm estado a fazer eco, afirmando que o português está a perder terreno na Guiné-Bissau em benefício do crioulo, francês e demais línguas nacionais.

O essencial da questão não deve ser visto desta óptica. Interessa muito mais questionar-se sobre as causas do português deficiente ensinado nos estabelecimentos oficiais de ensino. E também saber o porquê das comunicações escritas em francês em instâncias oficiais da Guiné-Bissau. Só assim poder-se-á ajuizar e chegar a conclusões acertadas, desprovidas de emotividade, que não deturpem a realidade.

As características do crioulo e do português, como línguas com especial destaque no seio das línguas faladas do país, irão reforçar-se, com mais ou menos realce, em função do tempo e da política que as instituições ou autoridades competentes tomarem a seu respeito.

Consideramos, portanto, prematuro avançar demais prognósticos, atendendo aos condicionalismos das circunstâncias actuais.

NOTAS

- 1) - Rubinstei, J.L., Princípios da Psicologia Geral , Pueblo y Educación, La Habana, 1981, 758, pag 385
- 2) - Marr, op. cit., pag 464
- 3) - Jespersen, op. cit., pag 465
- 4) - Watson, op. cit., pag 461
- 5) - Ministério da Coordenação Económica e Plano da Guiné-Bissau
"Recenseamento Geral da População e da Habitação, 16 de Abril de 1979,
resultados provisórios - Fase II - ", Lisboa, 1981, pag 144
- 6) Idem, pag 145
- 7) Idem, pag 158

INDICE

- INTRODUÇÃO
- PENSAMENTO, LINGUAGEM; PENSAMENTO=LINGUAGEM; OU PENSAMENTO-LINGUAGEM?
- PARTICULARIDADES LINGÜÍSTICAS INERENTES ÀS CRIANÇAS DA GUINÉ-BISSAU
- A PROBLEMATICA DA SOCIO-LINGÜÍSTICA
- CONSIDERAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO SOCIO-LINGÜÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU